

Troca de universidades do MEC para MCTI preocupa Academia

ANA BEATRIZ MAGNO E SILVANA SÁ
comunica@adufrrj.org.br

O anúncio de que o futuro governo Bolsonaro pretende transferir o ensino superior do Ministério da Educação para o de Ciência e Tecnologia surpreendeu e preocupou a comunidade acadêmica. As reações ocorrem tanto pela mudança em si como pela falta de diálogo com instituições do setor.

A medida veio acompanhada do anúncio do novo ministro de C&T, o astronauta Marcos Pontes. Em entrevista ao **Boletim da Adufrj**, Pontes disse que quer aumentar investimentos em CT&I e recuperar a infraestrutura das universidades. A meta é passar dos atuais R\$ 2,9 bi para até R\$ 15 bi a partir de 2020, destinando 3% do PIB à área até o fim do governo. “Precisamos descontingenciar fundos e ampliar investimentos. Queremos integrar ensino e pesquisa”, disse.

Especialistas ouvidos pelo **Boletim da Adufrj** veem as propostas com

ceticismo. “Pode gerar instabilidade. Ninguém sabe como será a migração”, diz o diretor de Tecnologia e Inovação da Coppe, Fernando Rochinha. Segundo ele, mudanças assim exigem certeza de retornos maiores que transtornos.

Levar universidades para o MCTI foi uma proposta do governo Itamar Franco (1992-1994). Projeto do ex-senador Cristovam Buarque (PPS) previa o mesmo, mas não avançou.

“Esperamos que o tema seja reexaminado com o aprofundamento que exige, e que se abandone esta ideia”, disse o reitor da UFRJ, Roberto Leher. Especialista em políticas para Educação, ele vê com preocupação a mudança. “É negativo do ponto de vista da articulação entre educação básica e ensino superior”, afirmou. Para o reitor, manter as universidades no MEC melhora a educação básica. “Políticas para educação básica são exitosas quando investimos em formação de professores nas universidades”.

O presidente da SBPC, Ildeu Morei-

ra, informa que a entidade prepara um estudo sobre vantagens e desvantagens da transferência e que convidará o novo ministro para um encontro com a comunidade científica. Ele ressalta a importância da manutenção das agências de fomento — Capes, CNPq e Finep — atuando separadamente. Sobre orçamento, há dúvida se os números anunciados incluem gasto com pessoal. “Se aumentar investimento será substancial, mas se incluir recursos de pessoal não mudará praticamente nada”, pontua Ildeu.

Ex-reitor da UFRJ e ex-secretário de Ensino Superior do MEC, Nelson Maculan Filho alerta para a questão do financiamento. “A questão não é onde a universidade vai ficar, mas a garantia de recursos de investimento para ela”.

Outra questão sensível é a autonomia universitária. A equipe de Bolsonaro sinalizou que quer interferir na escolha dos reitores. Esta semana, o Supremo Tribunal Federal proibiu ações que ffram a autonomia universitária e as liberdades de cátedra e de pensamento.

PACOTE DE MALDADES DE VOLTA AO CONGRESSO

■ Menos de 48 horas depois do resultado do segundo turno, voltam a ganhar fôlego propostas que impactam a vida dos professores universitários. Foi retomada a tentativa de reformar a Previdência, com regras ainda mais duras. A proposta é adotar o regime de capitalização: só recebe os benefícios quem fizer poupança ao longo da vida. Também preocupante é a discussão so-

bre o programa Escola Sem Partido. No dia 31, a comissão formada para avaliar o programa iria se reunir. Na véspera, o relator, Deputado Flavinho (PSC-SP), apresentou substitutivo ainda mais restritivo. Ele altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para afastar a oferta de disciplinas com conteúdo de “gênero” e “orientação sexual”. O encontro foi cancelado.

“Presenciamos nesta eleição algo que não vimos nas anteriores, a criminalização do ato educativo. É uma ofensiva do projeto que ganhou”, diz a professora Ana Paula Abreu, da Faculdade de Educação da UFRJ. Também no dia 31, foi cancelada a reunião da CCJ do Senado que pretendia endurecer a lei antiterrorismo, penalizando manifestantes.



ASSEMBLEIA Docentes propõem criar comissão jurídica para defender quem se sentir ameaçado

Na UFRJ, frente pela democracia

Professores querem ação conjunta contra ataques a universidades; proposta irá para o Andes

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

Depois do resultado do segundo turno da eleição presidencial, professores da UFRJ decidiram construir uma ampla frente em defesa da democracia para resistir aos ataques contra as universidades e os trabalhadores. A ideia é que a frente tenha a participação de toda a comunidade acadêmica. A decisão foi tomada em assembleia realizada no último dia 31.

O desafio agora é atrair mais professores para a mobilização, já que na última assembleia havia apenas 28 pessoas. “Teremos muitos desafios pela frente. É necessário dialogar com nossos colegas e ampliar o alcance de nossas ações”, defendeu a presidente da Adufrj, Maria Lúcia Werneck Vianna.

Uma das propostas da diretoria, defendida por diferentes participantes, é fortalecer o Conselho de Representantes e realizar reuniões de Unidade. A rodada de reuniões deve ocorrer até 12

de novembro. No dia 13, a Adufrj fará nova assembleia na Praia Vermelha.

“Essas reuniões ajudam a levar informação a colegas que não estão mobilizados. Precisamos nos fortalecer para enfrentar o que vem”, disse a professora Luciana Boiteux, do Direito. Maria Tereza Leopardi, professora da Economia, destacou a necessidade de combater o medo da perseguição ideológica. “É momento de diálogo, inclusive de chamar nossos estudantes a também nos apoiarem. O medo nos paralisa”.

A assembleia aprovou a criação de uma comissão jurídica, articulada com o Andes, para organizar a defesa de professores que se sintam ameaçados por grupos de direita dentro da universidade. Outra proposta é cobrar do Consuni uma posição em defesa da liberdade de cátedra.

A preocupação dos professores tem fundamento diante de medidas que avançam no Congresso. “A reforma da Previdência – no momento – é a mais importante para nós, professores, e para toda a classe trabalhadora”, alertou o professor José Miguel Saldanha, da Escola Politécnica. Vera Salim, da Coppe, ponderou que os docentes devem agir em diferentes frentes. Sugeriu a formação de comissões para tratar questões que afetam a universidade e o país.

A proposta da frente será levada ao Andes. Para Felipe Rosa, diretor da Adufrj, as reuniões podem ajudar a aproximar professores do campo progressista: “Muitos colegas não votaram na esquerda, mas são comprometidos com a democracia. Precisamos nos aproximar e construir o diálogo”.

“É PRECISO REAGIR A ATOS AUTORITÁRIOS”

■ A formação da base parlamentar é central para garantir não só a governabilidade ao presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), como a manutenção das instituições democráticas. Para cientistas políticos ouvidos pelo **Boletim da Adufrj**, a questão é saber se Bolsonaro está disposto a comandar essa negociação ou manterá a posição, adotada na campanha, de candidato antissistema. Ao mesmo tempo, afirma Charles Pessanha, professor de Ciência Política da UFRJ, é preciso reagir a qualquer ato autoritário do novo governo. “Temos

de dar resposta a cada tentativa de desrespeitar os direitos e a democracia. A sociedade brasileira está aparelhada para reagir”, afirma Pessanha. O professor da UFRJ diz que, para formar a base, Bolsonaro se associará ao Centro, o conjunto de partidos de centro-direita. “É o que prevê o presidencialismo de coalizão, como se constitui no Brasil. Essa negociação é que lhe trará governabilidade”, afirma Pessanha.

Para Ivo Coser, professor da UFRJ, Bolsonaro terá seis meses de lua de mel com o Congresso, mas terá que nego-

ciar. Sua sugestão para a oposição é uma frente democrática. “A candidatura de Fernando Haddad deveria ter formado essa frente, mas não conseguiu”, ressalta. Para Octávio Amorim Neto, da FGV, há três cenários possíveis, e o mais otimista é marcado pela dominância da força centrípeta — com todos buscando o centro político, governo e oposição. O cenário intermediário é marcado pela redução desse “controle” de Bolsonaro pelo Congresso, e, no pessimista, atinge os extremos, com risco de radicalização. **(Fernanda da Escóssia)**

JURÍDICO DA Adufrj ORIENTA DOCENTES SOBRE CENSURA

■ Após a eleição de Bolsonaro, a deputada estadual eleita Ana Carolina Campagnolo (PSL-SC) criou um canal informal para receber denúncias contra professores que estivessem, em sua visão, “doutrinando alunos”. A deputada pediu que os estudantes gravem aulas para comprovar a “ação doutrinária”. O Ministério Público entrou com ação contra ela, por entender que seu pedido configura clara ingerência na liberdade de cátedra, direito garantido do professor. Preocupados com a liberdade de cátedra, docentes da UFRJ procuraram o Plantão Jurídico da Adufrj com a seguinte dúvida: o que fazer se o aluno insistir em gravar sua aula? A seguir, algumas orientações da advogada Ana Luísa Palmisciano.

1. LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE CÁTEDRA

A liberdade de expressão é um direito constitucional, e a de cátedra está garantida pela Constituição e pela LDB. Esta semana o Supremo suspendeu os efeitos de atos de fiscais eleitorais que entraram em várias universidades e impediram manifestações políticas às vésperas das eleições. O professor tem total liberdade de expressão em sala de aula.

2. INSTÂNCIAS UNIVERSITÁRIAS

A assessoria da Adufrj recomenda que os colegiados e as congregações das unidades universitárias discutam o assunto e deem orientação formal a seus professores, já citando o STF.

3. AVISO PÚBLICO

O professor é a principal autoridade em sala de aula. Deve avisar às turmas, de modo público, se permite ou proíbe a gravação e filmagem da aula e que haverá sanção disciplinar para quem descumprir a regra. Uma opção é fazer o aviso constar do programa da disciplina. Uma justificativa legal para a proibição é o direito autoral, já que o professor detém os direitos autorais sobre a aula e qualquer material que produza, como slides e apostilas.

4. SANÇÕES E TESTEMUNHAS

Caso a aula seja gravada, depois de um aviso público de que o professor não permitia tal prática, o docente

pode adotar as medidas disciplinares cabíveis. Deve também reunir testemunhas do episódio e buscar as instâncias universitárias competentes, como a coordenação do curso e da unidade, além do sindicato da categoria.

5. BOLETIM DE OCORRÊNCIA

O boletim de ocorrência policial não deve ser a primeira opção. Vale a pena fazê-lo apenas em atos extremos, como ameaças e agressões. Nesses casos, se decidir fazer o boletim, é recomendável que o professor procure antes o sindicato da categoria e tenha testemunhas do ocorrido. Outra possibilidade, diante de casos extremos, é levar a denúncia ao Ministério Público.

Lições de 1968, 50 anos depois

> **Seminário na Praia Vermelha terá debates com líderes estudantis do passado e de hoje. Adufrj apoia evento**

KATHLEN BARBOSA
kathlen@adufrrj.org.br

Presente, passado e futuro em perspectiva — esse é o lema do seminário ‘50 anos de 68 — a utopia quase no poder’, que acontece de 5 a 9 de novembro na UFRJ.

A ideia do seminário é, a partir das lições do passado, não só compreender o presente, mas reinventar o futuro. Segundo a professora Maria Paula Araújo, diretora da Adufrj e uma das

organizadoras do evento, 1968 simbolizou propostas que marcaram o cenário político com pautas relevantes até hoje. “Comemorar esse aniversário é um pretexto pra pensar em propostas libertárias e alternativas, além de chamar a comunidade acadêmica para participar do debate”, afirmou a professora.

Com participantes da França, Itália, Estados Unidos, México, Argentina e Brasil, as mesas trarão discussões sobre 1968 a partir de diferentes perspectivas. Entre os convidados estão a norte-americana Donna Murch, líder do movimento negro nos EUA, e integrantes do movimento estudantil de 1968 e de 2018.

“Precisamos reacreditar no debate político como caminho para recriar a



política como espaço de transformação e diálogo. Um espaço de ousadia, juventude e criatividade, mas sempre de troca e propostas de futuro”, destacou Maria Paula.

Os debates serão de 5 a 9 de novembro, das 18h às 20h, no Salão Pedro Calmon, na Praia Vermelha. Serão conferidos certificados aos presentes. A Adufrj apoia o evento, que terá tradução simultânea e será transmitido ao vivo na página facebook.com/universidade-dacidadania.

#UFRJSEMPRE

Adufrj lança campanha de valorização da UFRJ. A ideia é mostrar alunos que são os primeiros de suas famílias a chegar à universidade, projetos de pesquisa inovadores e atividades comprometidas com a melhoria de vida da população

DA REDAÇÃO

comunica@adufrrj.org.br

Valorizar a UFRJ e defender a universidade pública, gratuita e de qualidade é o objetivo da nova campanha da Adufrj. Apresentado ao Conselho de Representantes, o material está em fase de produção e começa a ser instalado nas próximas semanas.

Com o título UFRJ SEMPRE, a campanha tem três eixos: *Sou o(a) Primeiro(a)*, sobre estudantes que são pioneiros em suas famílias a cursar o ensino superior. *Só aqui tem*, sobre projetos de pesquisa inovadores realizados nas mais diversas áreas do conhecimento. E UFRJ SIM, sobre atividades de extensão que melhoram diretamente a vida das pessoas.

As peças da campanha foram idealizadas pelo premiado designer André Hippertt e incluem outdoor, busdoor, livretos, adesivos, banners e cartazes: “O foco principal da campanha era criar peças que dialogassem não só com o público interno, mas principalmente com o público externo. Mostrar a cara dos estudantes, suas realizações, mostrar



KATHLEN BARBOSA

emocionante possível”, explica.

Diretor da Adufrj, Felipe Rosa observa que a campanha surgiu a partir dos últimos acontecimentos que atingiram a UFRJ, especialmente o incêndio no Museu Nacional: “Isso gerou uma repercussão negativa muito grande”. Ele completa: “Com a campanha, vamos mostrar que UFRJ é esse lugar onde acontece pesquisa e ensino de qualidade, extensão ampla e essa integração de alunos, das mais diferentes proveniências sociais e geográficas”, afirma. “Não será apenas uma campanha de comunicação. Na segunda fase da campanha, faremos vários eventos”, explica a presidente da Adufrj, Maria Lúcia Werneck.

Larissa Rios é a primeira integrante da família a cursar o ensino superior. Moradora de Nova Iguaçu, gasta duas horas e meia para ir até a Escola de Comunicação da UFRJ, na Zona Sul do Rio. Entrou no curso de Jornalismo no início de 2017, graças às cotas. Agora, Larissa empresta seu rosto e sua história para a campanha “UFRJ Sempre”. “Considero a campanha superimportante para mostrar a diversidade e tudo de maravilhoso que existe na UFRJ”, elogia.

os grandes projetos e pesquisas desenvolvidos em todos os campi, mostrar as ações sociais e democráticas que são práticas diárias na UFRJ. O visual alegre e despojado foi criado para que este diálogo se desse da forma mais direta e

PROFESSORES ADEREM AO PLANO DE SAÚDE DA ADUFRJ

■ O plantão da equipe do plano de saúde da Adufrj tem atendido muitos professores que desejam aderir ao novo convênio oferecido pelo sindicato. Só nesta quarta-feira (31), foram oito atendimentos. A maior procura tem sido de docentes na faixa de 50 anos com dependentes. Os plantões são quinzenais. O próximo atendimento será em 14 de outubro, entre 11h e 16h. Não é necessário agendar, basta comparecer à Adufrj

e aguardar a vez por ordem de chamada. Uma das docentes mais antigas da UFRJ, Aurea Bezerra Silva Leite, de 97 anos, aposentada da Escola de Belas Artes, também aderiu ao novo plano de saúde. “Querida mudar, mas não havia plano que me aceitasse, pela idade. Deveria ser o contrário, já que é quando mais precisamos”, afirmou a professora, que já tinha um plano, mas não gostava das condições do hospital conveniado.



SILVANA SÁ

PROFESSORA ÁUREA: “É quando mais precisamos”